



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

PROCURADORIA JURÍDICA

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000
JUCURUTU-RN – FONES: (84) 3429-2299 – 3429-3805 – FAX: 3429-3804
E-mail: prefeituradejucurutu@yahoo.com.br – jucurutu70anos@hotmail.com
CNPJ – 08.095.283/0001-04

PROCURADORIA JURÍDICA

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO 13060002/2025

P A R E C E R

I – DO RELATÓRIO

A Procuradoria Jurídica do Município de Jucurutu/ RN, recebeu da Comissão Permanente de Licitação processo administrativo destinado à **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “XVIII ENCONTRO JURÍDICO E FINANCEIRO APEPREM”, PROMOVIDO PELA APEPREM, NOS DIAS 05 A 07 DE AGOSTO DE 2025. A contratação se dá com base na nova Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.** É o breve, porém necessário relato.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se, conforme os documentos presentes nos autos, o interesse do IPREV-JUCURUTU em realizar a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “XVIII ENCONTRO JURÍDICO E FINANCEIRO APEPREM”, PROMOVIDO PELA APEPREM, NOS DIAS 05 A 07 DE AGOSTO DE 2025. A contratação se dá com base na nova Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.** Tal interesse trata-se de mérito administrativo.

O mérito do ato administrativo consubstancia-se, portanto, na valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato, feitas pela Administração incumbida de sua prática, quando autorizada a decidir sobre a conveniência, oportunidade e justiça do ato a realizar. Ao parecerista cabe emitir opinião somente quanto ao conteúdo estritamente legal, e não adentrar em aspectos técnicos de competência do administrador, sobretudo, de mérito administrativo, isto é, ato discricionário que será exercido por conveniência e oportunidade.

Prosseguindo à análise da legalidade. É sabido que as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Conforme se verifica, há intenção de formalizar a futura contratação em conformidade com a instrução dada pela nova **lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021**.

DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA NOVA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021 NO ÂMBITO MUNICIPAL

Inicialmente verifica-se que o art. 194 da lei nº 14.133/21, afirma que a sua vigência é a partir da sua publicação no DOU, ou seja, 01/04/2021. Após decorrer 2 anos, a Lei nº 8.666/93 restará revogada.

Como é sabido, no art. 191 da lei nº 14.133/21, a Lei traz a opção de escolha da sua aplicabilidade, assim, estabelece esse artigo, que no período de até 02 (dois) anos (01.04.2023), a Administração poderá optar em licitar pela nova lei ou pelas leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011, vedada a aplicação em conjunto das citadas normas.

Para aplicação da nova lei, é perceptível a necessidade de regulamentação de alguns dispositivos a fim de dar efetividade à norma.

No tocante ao Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) o art. 176 estabelece que:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no **caput** do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o **caput** deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Sendo assim, o Município de Jucurutu enquadra-se dentro das regras acima.

Em relação a regulamentação a que alude o art.8, § 3º da Lei 14.133/21 no tocante aos agentes de contratação, observa-se que encontra-se devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal 1.338 de 1º

de agosto de 2022 em seu art.3º. Ademais, há designação dos agentes por meio da Portaria Municipal nº 161/2022.

Em relação às demais regulamentações necessárias, observa-se que a própria lei da Lei 14.133/21 descreveu que:

Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei.

O TCE/SP comentou o referido artigo informando que:

“Na ausência de leis e decretos locais, regulamentado as normas de eficácia limitada e de eficácia contida desta lei, facultou-se a utilização dos regulamentos editados pela União.

Trata-se de um estímulo, no intuito de dar efetividade à sua utilização.” (fonte: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/187>)

Dessa forma, registra-se que no tocante à regulamentação a que alude o § 1º do art. 20 da Lei 14.133/21 no tocante à enquadramento de bens comuns e bens de luxo, será utilizado para tais fins o decreto federal já existente sobre o tema, o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, conforme permitida sua aplicação pelo art. 187 acima descrito.

Em relação às demais e eventuais regulamentações necessárias, igualmente, serão utilizados os decretos federais já existentes para aplicação da norma.

Assim, em suma, verifica-se superada a possibilidade de aplicação da nova lei no âmbito municipal.

DO ENQUADRAMENTO EM UMA DAS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE

Sabe-se que o processo licitatório, além de obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade e eficiência, deve, também, obedecer aos princípios próprios de seu instituto.

É importante frisar que a licitação é a regra, pois é o procedimento natural que antecede toda e qualquer contratação com a administração pública. No entanto, o legislador conhecendo situações que não seriam coerentes realizar o procedimento, por conta de razões referentes a valores, características ou situações excepcionais, prescreveu nos artigos 24 e 25 os casos de dispensa e inexigibilidade.

Ressalte-se que, nestes casos de **INEXIGIBILIDADE**, há POSSIBILIDADE de a Administração proceder com a contratação direta, devendo sempre levar em conta o interesse público.

Dá-se a inexigibilidade de licitação quando for inviável a competição. O conceito de inviabilidade de competição não foi explicitado pela lei, retratando intencional amplitude de abrangência. Todas as situações que caracterizarem a inviabilidade de competição podem propiciar a ausência de licitação e a contratação direta. A lei remete à verificação das circunstâncias de fato, reconhecendo implicitamente a impossibilidade de um elenco exaustivo

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade fática, lógica ou jurídica de competição, conforme lição da professora Maria Sylvia Zanella di Pietro, na obra “Direito Administrativo”. - 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 365:

“Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.”

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação pressupõe a impossibilidade de competição quando existir um único objeto ou pessoa que atenda às necessidades da Administração.

Em realidade, não há que se falar ainda em contratação pelo menor preço, pois há o monopólio da prestação do serviço por concessionária ou empresa pública. Assim sendo, não existe a menor possibilidade de alternativa à contratação com o fornecedor que se apresenta.

Vide que trata-se de futura contratação de uma ASSOCIAÇÃO a qual presta serviço único, monopolizado, mais especificamente sendo uma inscrição em congresso na qual tal associação prestará serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A referida contratação tem possibilidade de se materializar através da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em conformidade com o disposto no **art. 74, inciso III, “f” da Lei nº 14.133/21**, que assim dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Observa-se, através da documentação acostada, a pretensão de contratação da ASSOCIAÇÃO pretendida, qual seja:

- 1- ASSOC PAULISTA DE ENT DE PREV DO ESTADO E MUNICIPIOS – CNPJ 01.144.081/0001-66, perfazendo um valor global Estimado de R\$ 3.562,50 (três mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) referente a 3 (duas) inscrições.**

Justamente pelo serviço e benefícios serem únicos e sem similares no mercado, em tese torna-se impossível pesquisa de mercado para justificativa do preço, pois a inexistência de outro bem ou serviço, parecido ou semelhante, inviabiliza a confrontação de preços preconizada pela lei.

DA REGULARIDADE FORMAL

A Lei nº 14.133/21 trouxe requisitos para que possa operacionalizar os casos de DISPENSA/INEXIGIBILIDADE:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Neste diapasão, analisando objetivamente, vide que estão **PRESENTES** no procedimento, até o presente momento, os seguintes documentos:

1-Documento de Formalização de Demanda;

2- Estudo técnico preliminar;

3- Análise de riscos;

4- TERMO DE REFERÊNCIA;

5- Estimativa da despesa, **através do próprio formulário de inscrição e boletos enviados pelo futuro contratado;**

6- Parecer Jurídico, através da presente manifestação;

- 7- Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, através do Ato confirmatório da existência de saldo orçamentário para cobrir tal despesa;
- 8- A Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, resta evidenciada pelo fato público e notório da Associação ser única na circunscrição, presente ainda através os documentos da Pessoa Jurídica e certidões negativas.
- 9- Razão da escolha do contratado, por convicção pessoal e discricionária do gestor, descrito no Documento de Formalização de Demanda e no Despacho do Agente de Contratação declarando ainda que o futuro contratado é fornecedor único do serviço.
- 10- Justificativa do preço, **salientando que o preço é tabelado e uniformizado para todos os associados.**
- 11- Despacho da autoridade competente, através do despacho do Prefeito autorizando o seguimento do procedimento;
- 12- Declaração de adequação à LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO
- 13- Portaria da designação do Agente de Contratos;
- 14- Minuta contratual AUSENTE.

Salientamos por oportuno, conforme o Parágrafo único, art.72 da Lei nº 14.133/21 que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Sendo assim, até o presente momento processual, verifica-se presente os requisitos legais no tocante a parte formal.

III – OPINIÃO

Face ao todo o exposto, **OPINAMOS** pela possibilidade jurídica da contratação direta por meio de INEXIGIBILIDADE de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, “f” da Lei nº 14.133/2021, e continuidade do processo administrativo para consequente contratação do prestador.

Este é nosso Parecer, salvo melhor juízo.

S.M.J., é o parecer.

Jucurutu/RN, 30 de julho de 2025.



ALEXANDRE MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA
Procurador do Município - OAB/RN 9558